



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

(44) 3110-1921
prefeito@araruna.pr.gov.br
www.araruna.pr.gov.br

Edital de licitação

I. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO	
MODALIDADE	Pregão
Nº PREGÃO	15/2026
Nº PROCESSO	51/2026
OBJETO	Aquisição de medicamentos, objetivando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Araruna/PR.
VALORTOTAL ESTIMADO	R\$ 1.227.611,47(um milhão, duzentos e vinte e sete mil, seiscentos e onze reais e quarenta e sete centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	11.002.10.301.0011.2.074.3.3.90.32.00.00. - 1303 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 11.002.10.301.0011.2.074.3.3.90.32.00.00. - 1000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
II. DATAS E LOCAIS RELATIVAS AO CERTAME	
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Até às 08:30 do dia 18 de maio de 2026
ABERTURA	Às 09:00 do dia 18 de maio de 2026
LOCAL DE ABERTURA	https://bnccompras.com/
III. ENDEREÇOS E TELEFONE OFICIAL	
EMAIL	licitacao@araruna.pr.gov.br
TELEFONE	(44) 3110-1931
IV. DADOS GERAIS	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor preço
MÉTODO DE REALIZAÇÃO	Eletrônico
MODO DE DISPUTA	Aberto
ADJUDICAÇÃO	Por item
Nº MÁXIMO DE CASAS DECIMAIS APÓS A VÍRGULA	2
V. LOCAIS DE PUBLICAÇÃO	
JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO LOCAL	Jornal Correio do Cidadão (Lei Municipal nº 1.562/2010)
PORTAL DE TRANSPARÊNCIA	https://araruna.eloweb.net/portalttransparencia/1/ https://araruna.eloweb.net/portalttransparencia/1/licitacoes
PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PNCP (INTEIRO TEOR)	https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
VI. SOBRE AS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006	
EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS	EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS – LOTES 1 à 136 E 138 à 144
S	AMPLA CONCORRENCIA – LOTE 137
VI. REGULAMENTOS APLICÁVEIS	
Lei Federal 14.133/2021; Lei Complementar Federal nº 123/2006; Lei Complementar Municipal nº 10/2015; Decreto Municipal nº 1.949/2021; Decreto Municipal nº 2.308/2023; Decreto Municipal nº 2.312/2023.	



Sumário

1. DO OBJETO
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
6. DA FASE DE JULGAMENTO
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO
8. DOS RECURSOS
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026 – REGISTRO DE PREÇO
Processo Administrativo nº 051/2026

O Município de Araruna, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ Nº 75.359.760/0001-99, torna-se público que, por meio da Prefeitura Municipal sediada na PRAÇA NOSSA SENHORA DO ROCIO Nº 390, centro, Araruna – Paraná, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, regulado nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar nº. 123/06, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei Complementar Municipal nº 10/2015 e Decretos Municipais nº 1.949/2021, nº 2.308/2023 e nº 2.312/2023 e demais legislação aplicável, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Sistema de Registro de Preços - SRP - conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens **para contratações futuras**.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de medicamentos, objetivando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Araruna/PR.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. **LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 06 de maio de 2026 até às 08:30 do dia 18 de maio de 2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:30 do 18 de maio de 2026 até às 08:59 do dia 18/05/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 do dia 18/05/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: <https://bnc.org.br/>“Acesso Identificado”.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item.

INFORMAÇÕES:

Pregoeira: **ROMILDA APARECIDA COLLI DOS SANTOS**, nomeada pela Portaria nº. **660**

E-mail: licitacao@araruna.pr.gov.br

Telefone: (44) 31101931

1.4. MODO DE DISPUTA: **ABERTO**



2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na plataforma <https://bnc.org.br/>, e que possuam ramo de atividade compatível com objeto licitado.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento da plataforma BNC para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 7.13.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não”



apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca, quando for o caso;

4.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas



necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de acordo com o que está na plataforma **de disputa**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto" os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver



lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12.6. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.12.7. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.12.5, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.12.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.9. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.10. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.11. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.12. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:



- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
 - 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
 - 6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
 - 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital.*
 - 6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - 6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
 - 6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
 - 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Requisitos de habilitação - Jurídica:

a) Contrato social e suas alterações ou consolidação e suas alterações em vigor, ou ato constitutivo e estatuto devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



- b) **Cópia das Cédulas das Identidades do sócio** administrador ou proprietário;
- c) Requerimento de credenciamento anexo III.
- d) Declaração de que **NÃO** exerce função pública anexo IV.
- e) Declaração de idoneidade, conforme modelo contido, de acordo com o modelo constante do Anexo V;
- f) Declaração de cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo constante no Anexo VI.

7.3. Requisitos de habilitação - Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**), válido para a data prevista para a abertura da presente licitação;
- b) Certidão Negativa da Receita **Federal**;
- c) Certidão Negativa da Receita **Estadual**;
- d) Certidão Negativa da Prefeitura **Municipal** da sede da proponente.
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas (CNDT)**, expedida pela Justiça do Trabalho.

7.4. Qualificação econômica e Financeira:

7.4.1 Certidão Negativa de Falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de abertura das propostas virtuais prevista no preâmbulo deste Edital, caso não houver menção quanto ao prazo de validade.

7.4.2 Certidão Negativa de Recuperação Judicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de abertura das propostas virtuais prevista no preâmbulo deste Edital, caso não houver menção quanto ao prazo de validade.

7.4.3 A sociedade empresária em recuperação judicial poderá participar da licitação, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, pois a apresentação de Certidão Positiva de Recuperação não implica a imediata inabilitação, cabendo ao Pregoeiro diligenciar, a fim de avaliar a real situação de capacidade econômico-financeira da empresa licitante.

OBS: As certidões mencionadas nos itens 7.4.1 e 7.4.2 poderão ser apresentadas de forma conjunta, em uma única certidão, desde que a mesma declare claramente o solicitado (ação falimentar e recuperação judicial).

- 7.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão



atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.6. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.6.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

7.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.9. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.11. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.12. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.12.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado junto com o departamento solicitante por telefone ou e-mail, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.



7.12.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.12.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.12.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação ao pregoeiro (a).

7.14. A verificação dos documentos de habilitação, somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para



efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.5. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.7. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.7.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.7.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, **a empresa terá 20 minutos para manifestar a intenção no sistema.**

8.7.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.8. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.9. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.10. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.11. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.13. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.14. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.araruna.br.gov.br - Portal Transparência.



9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.5. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.5.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.5.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.5.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.5.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.5.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.5.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.5.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.5.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.5.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.5.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.5.5. fraudar a licitação

9.5.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.5.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.5.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.5.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.5.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.5.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.6. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.6.1. advertência;

9.6.2. multa;

9.6.3. impedimento de licitar e contratar e



9.6.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.7.2. as peculiaridades do caso concreto

9.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.7.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.7.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.8. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.8.1. Para as infrações previstas nos itens 9.5.1, 9.5.2 e 9.5.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.8.2. Para as infrações previstas nos itens 9.5.4, 9.5.5, 9.5.6, 9.5.7 e 9.5.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.11. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.5.1, 9.5.2 e 9.5.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.12. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.5.4, 9.5.5, 9.5.6, 9.5.7 e 9.5.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.5.1, 9.5.2 e 9.5.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.13. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.5.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.14. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar



ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.15. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.16. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.17. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.18. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.5. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.6. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.7. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pela plataforma Bolsa Nacional de Compras em campo próprio ou através do e-mail **licitacao@araruna.pr.gov.br**

10.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.8.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.9. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.5. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão



será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.7. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na plataforma Bolsa Nacional de Compras e no endereço eletrônico www.araruna.br.gov.br - Portal Transparência.

11.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Declaração Unificada

ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preço

Araruna/PR, 05 de maio de 2026.

ROMILDA APARECIDA COLLI DOS SANTOS

PREGOEIRA

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. OBJETO: Aquisição de medicamentos, objetivando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Araruna/PR.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO

Valor Máximo do Lote: R\$ 1.227.611,47 (um milhão, duzentos e vinte e sete mil, seiscentos e onze reais e quarenta e sete centavos).

Ordem	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total (R\$)
1	ACEBROFILINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: XAROPE. (BR0448838)	FR	600	R\$ 5,8900	R\$ 3.534,00
2	ACETILCISTEÍNA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 600 MG, INDICACAO: PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL. (BR0274806)	UN	600	R\$ 0,8300	R\$ 498,00
3	ACIDO TRANEXAMICO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5ML - (BR0327566)	UN	1.000	R\$ 4,8200	R\$ 4.820,00
4	ADENOSINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 3MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML - (BR0278281)	UN	200	R\$ 9,3900	R\$ 1.878,00
5	ADRENALINA - EPINEFRINA, USO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1MG/ML.(BR0268255)	UN	500	R\$ 1,1700	R\$ 585,00
6	AGUA PARA INJECAO 10ML. ÁGUA DESTILADA, ASPECTO FÍSICO: ESTÉRIL E APIROGÊNICA . (BR0276839)	UN	5.000	R\$ 0,3700	R\$ 1.850,00
7	AMBROXOL, COMPOSIÇÃO: SAL CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 3 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: XAROPE FRASCO COM NO MÍNIMO 100ML (BR0446264)	FR	4.200	R\$ 3,5900	R\$ 15.078,00
8	AMBROXOL, COMPOSIÇÃO: SAL CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 6 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: XAROPE . FRASCO COM NO MÍNIMO 100ML. (BR0446263)	FR	4.200	R\$ 4,0100	R\$ 16.842,00
9	AMICACINA SULFATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 250 MG/ML,	UN	1.000	R\$ 4,8100	R\$ 4.810,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

(44) 3110-1921
prefeito@araruna.pr.gov.br
www.araruna.pr.gov.br

	SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA 2ML. (BR0268381)				
10	AMINOFILINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG - COMPRIMIDO (BR0267511)	UN	9.000	R\$ 0,0800	R\$ 720,00
11	AMINOFILINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 24 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML (BR0292402)	UN	800	R\$ 2,5800	R\$ 2.064,00
12	AMIODARONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50MG/ML, INDICACAO: INJETÁVEL - AMPOLA 3 ML (BR0271710)	UN	600	R\$ 3,7900	R\$ 2.274,00
13	METARAMINOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL (EQUIVALENTE AO ARAMIN, REFERÊNCIA COMERCIAL) (BR0442581)	UN	300	R\$ 19,0800	R\$ 5.724,00
14	ATROPINA, USO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,50 MG/ML AMPOLA 1ML. (BR0277934)	UN	600	R\$ 1,5300	R\$ 918,00
15	BICARBONATO DE SÓDIO, SOLUÇÃO INJETÁVEL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 8,4% - AMPOLA 10ML - (BR0268222)	UN	200	R\$ 1,1400	R\$ 228,0000
16	BISACODIL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG - COMPRIMIDO - (BR0269603)	UN	300	R\$ 0,2000	R\$ 60,0000
17	BROMOPRIDA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 4 MG/ML, APRESENTACAO: GOTAS - FRASCO COM NO MÍNIMO 20ML - (BR0269956)	FR	3.000	R\$ 2,9000	R\$ 8.700,00
18	BROMOPRIDA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG/ML, APRESENTACAO: INJETÁVEL - AMP 2ML - (BR0269958)	UN	6.000	R\$ 1,9600	R\$ 11.760,00
19	BUPIVACAINA + GLICOSE 5MG + 80MG/ML AMPOLA 4ML - TIPO: SOLUÇÃO INJETÁVEL (BR0270095)	UN	2.000	R\$ 4,6500	R\$ 9.300,00
20	CEFALOTINA DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1 G - AMPOLA - (BR0268228)	UN	4.000	R\$ 5,6100	R\$ 22.440,00
21	CEFTRIAXONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1 G, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL (BR0442701)	UN	12.000	R\$ 5,9800	R\$ 71.760,00
22	CETOPROFENO, CONCENTRAÇÃO:100 MG, FORMA FARMACEUTICA:PO LIO FILO P/ INJETA VEL. FRASCO-AMPOLA - (BR0448844)	UN	7.000	R\$ 4,5500	R\$ 31.850,00
23	CETOPROFENO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO	UN	7.000	R\$ 1,5900	R\$ 11.130,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

(44) 3110-1921
prefeito@araruna.pr.gov.br
www.araruna.pr.gov.br

	INJETÁVEL AMPOLA 2ML - (BR0448845)				
24	CIMETIDINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 150 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML- (BR0340167)	UN	800	R\$ 1,3800	R\$ 1.104,00
25	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 2 MG/ML, APRESENTACAO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - BOLSA 200ML - (BR0292418)	UN	600	R\$ 26,5700	R\$ 15.942,00
26	CLINDAMICINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 150 MG/ML, APRESENTACAO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 4 ML - (BR0292419)	UN	3.000	R\$ 3,0100	R\$ 9.030,00
27	CLONIDINA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,1 MG COMPRIMIDO (ATENSINA) - (BR0272043)	UN	1.500	R\$ 0,3000	R\$ 450,00
28	CLONIDINA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,15 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML - (BR0340206)	UN	120	R\$ 6,9900	R\$ 838,80
29	CLOPIDOGREL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 75 MG - COMPRIMIDO - (BR0272045)	UN	21.000	R\$ 0,5300	R\$ 11.130,00
30	CLORETO DE POTÁSSIO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 19,1%, APRESENTACAO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML - (BR0267162)	UN	1.000	R\$ 0,6000	R\$ 600,00
31	CLORETO DE SÓDIO, USO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 20% - AMPOLA 10ML - (BR0267574) -	UN	1.000	R\$ 0,5100	R\$ 510,00
32	SUXAMETÔNIO CLORETO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG, INJETÁVEL - AMPOLA - (BR0268442)	UN	400	R\$ 21,5500	R\$ 8.620,00
33	COLCHICINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,5 MG - COMPRIMIDOS - (BR0267642)	UN	100	R\$ 0,3200	R\$ 32,00
34	VITAMINAS DO COMPLEXO B, SOLUÇÃO INJETÁVEL, VITAMINAS: B1,B2,B6,B12 E PP - AMPOLA - (BR0272091)	UN	15.000	R\$ 1,2300	R\$ 18.450,00
35	DESLANOSÍDO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL- AMPOLA 2ML - (BR0276283)	UN	50	R\$ 2,6600	R\$ 133,00
36	DEXAMETASONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 4 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2,5ML - (BR0292427)	UN	6.000	R\$ 1,4500	R\$ 8.700,00
37	DIAZEPAM, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG/ML, APRESENTACAO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML - (BR0267194)	UN	500	R\$ 1,1400	R\$ 570,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.359.760/0001-99

Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000

ARARUNA - PARANÁ

(44) 3110-1921

prefeito@araruna.pr.gov.br

www.araruna.pr.gov.br

38	DICLOFENACO, USO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25MG/ML, APRESENTACAO: SAL SÓDICO - 3 ML AMPOLA - (BR0271003)	UN	6.000	R\$ 0,9000	R\$ 5.400,00
39	DIPIRONA SÓDICA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500 MG (COMPRIMIDOS) - (BR0267203)	UN	15.000	R\$ 0,1300	R\$ 1.950,00
40	DIPIRONA SÓDICA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500 MG - AMPOLA 2 ML - (BR0267203)	UN	2.000	R\$ 0,7400	R\$ 1.480,00
41	BETAMETASONA, USO: INJETÁVEL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5MG + 2MG, COMPOSIÇÃO: DIPROPIONATO, APRESENTACAO: ASSOCIADA COM BETAMETASONA FOSFATO (TIPO DUOFLAM) - AMPOLA 1 ML - (BR0270590)	UN	1.000	R\$ 4,2100	R\$ 4.210,00
42	DOBUTAMINA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 12,5 MG/ML, INDICACAO: INJETÁVEL - AMP 20ML - (BR0268446)	UN	200	R\$ 6,4400	R\$ 1.288,00
43	DOPAMINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML - (BR0268960)	UN	200	R\$ 4,4000	R\$ 880,00
44	DIMENIDRINATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 3MG + 5MG + 100MG + 100MG/ML, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, SOLUÇÃO INJETÁVEL (TIPO DRAMIN DL) AMPOLA 10ML - (BR0272336)	UN	2.500	R\$ 9,3800	R\$ 23.450,00
45	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/0,4ML SERINGA PRÉ-ENCHIDA DE 0,4ML - (BR0448982)	UN	900	R\$ 14,3600	R\$ 12.924,00
46	ERGOMETRINA MALEATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML - (BR0342153)	UN	1.200	R\$ 2,2200	R\$ 2.664,00
47	ESCETAMINA, CONCENTRAÇÃO: 50 MG/ML, FORMA FARMACÉUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML - (BR0602763)	UN	300	R\$ 81,9300	R\$ 24.579,00
48	ESCETAMINA, CLORIDRATO 50MG/ML AMPOLA 2 ML - (BR0602763)	UN	300	R\$ 21,2400	R\$ 6.372,00
49	ESCOPOLAMINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10 MG/ML, INDICACAO: SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20ML - (BR0267281)	UN	4.000	R\$ 7,5500	R\$ 30.200,00
50	ESCOPOLAMINA DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 20MG/ML INDICACAO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML - (BR0267282)	UN	3.600	R\$ 1,2000	R\$ 4.320,00
51	ESCOPOLAMINA DOSAGEN/CONCENTRAÇÃO: 4MG +	UN	5.000	R\$ 1,5900	R\$ 7.950,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

(44) 3110-1921
prefeito@araruna.pr.gov.br
www.araruna.pr.gov.br

	500MG/ML, INDICACAO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, APRESENTACAO: ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA - AMPOLA 5ML - (BR0270621)				
52	ETILEFRINA CLORIDRATO, COMPOSIÇÃO: 10MG/ML, INJETÁVEL - AMPOLA 1ML - (BR0272198)	UN	50	R\$ 2,4800	R\$ 124,0000
53	ETOMIDATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 2MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL- AMPOLA 10 ML - (BR0270116)	UN	400	R\$ 14,2000	R\$ 5.680,00
54	FENITOÍNA SÓDICA, DOSAGEM/COMICENTRAÇÃO: 50MG/ML, SÓLUÇÃO INJETÁVEL- AMPOLA 5ML - (BR0267107)	UN	1.000	R\$ 2,7300	R\$ 2.730,00
55	FENTANILA 50MCG/ML 1ML SEM CONSERVANTES - (BR0271950)	UN	600	R\$ 4,3200	R\$ 2.592,00
56	FENTANILA (CITRATO DE) 50MCG/ML AMPOLA DE 10ML - (BR0271950)	UN	600	R\$ 3,6600	R\$ 2.196,00
57	FOSFATO DE SÓDIO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: FOSFATO MONOBÁSICO 16% + FOSFATO DIBÁSICO 6%, APRESENTACAO: ENEMA CO (TIPO FLEET ENEMA) COM NO MÍNIMO 100ML - (BR0267328)	FR	100	R\$ 7,2900	R\$ 729,00
58	FLUMAZENIL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,1MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5ML - (BR0268510)	UN	150	R\$ 7,0300	R\$ 1.054,50
59	FLUNARIZINA DICLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10MG - COMPRIMIDO - (BR0272478)	UN	15.000	R\$ 0,1200	R\$ 1.800,00
60	FUROSEMIDA, COMPOSIÇÃO: 10 MG/ML, APRESENTACAO: SOLUCÃO INJETAVEL - AMPOLA 2ML - (BR0267666)	UN	1.000	R\$ 1,1300	R\$ 1.130,00
61	GENTAMICINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 40 MG/ML, APLICACÃO: SOLUCÃO INJETÁVEL AMPOLA DE 2ML - (BR0268256)	UN	3.000	R\$ 1,2000	R\$ 3.600,00
62	GLICONATO DE CÁLCIO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10%, APRESENTACAO: SOLUCÃO INJETAVEL - AMPOLA 10ML - (BR0270019)	UN	400	R\$ 2,4800	R\$ 992,00
63	GLICOSE HIPERTONICA, INDICACAO: .SOLUÇÃO INJETÁVEL, DOSAGEM/ CONCENTRACÃO: 25% - AMPOLA 10ML - (BR0267540)	UN	2.000	R\$ 0,5700	R\$ 1.140,00
64	GLICOSE HIPERTONICA, INDICACAO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, DOSAGEM/ CONCENTRACÃO: 50% - AMPOLA 10ML - (BR0267541)	UN	2.000	R\$ 0,6300	R\$ 1.260,00
65	HEPARINA SÓDICA,	UN	1.000	R\$ 18,2900	R\$ 18.290,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.359.760/0001-99

Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000

ARARUNA - PARANÁ

(44) 3110-1921

prefeito@araruna.pr.gov.br

www.araruna.pr.gov.br

	DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5.000UI/ML, INDICACAO: INJETAVEL - FRASCO 5ML - (BR0272796)				
66	HEPARINA SÓDICA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5.000UI/ML, INDICACAO: INJETAVEL - AMPOLA 0,25ML - (BR0272796)	UN	300	R\$ 7,6100	R\$ 2.283,00
67	HIDRALAZINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 20MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL - AMPOLA 1ML - (BR0268115)	UN	600	R\$ 7,4700	R\$ 4.482,00
68	HIDROCORTISONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100MG, APRESENTACAO: INJETÁVEL - AMPOLA - (BR0270220)	UN	3.500	R\$ 3,6700	R\$ 12.845,00
69	HIDROCORTISONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500MG, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL - (BR0270219)	UN	5.000	R\$ 6,1200	R\$ 30.600,00
70	ISOFLURANO, ANESTÉSICO INALATÓRIO- FRASCO COM NO MÍNIMO 100ML - (BR0268469)	FR	6	R\$ 344,8700	R\$ 2.069,22
71	LEVOFLOXACINO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 750 MG - COMPRIMIDO - (BR0437283)	UN	300	R\$ 1,7500	R\$ 525,00
72	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10%, APRESENTACAO: APRESENTAÇÃO: SPRAY - FRASCO COM 50ML - (BR0269845)	FR	35	R\$ 51,3500	R\$ 1.797,25
73	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 2%, SEM VASOCONSTRITOR APRESENTACAO: INJETÁVEL -FRASCO 20ML - (BR0269843)	FR	2.000	R\$ 4,7200	R\$ 9.440,00
74	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25%, APRESENTACAO: GELÉIA - TUBO COM NO MÍNIMO 20G - (BR0269846)	TB	400	R\$ 5,1000	R\$ 2.040,00
75	METILFENIDATO CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10 MG (COMPRIMIDO) - (BR0272320)	UN	30.000	R\$ 0,3600	R\$ 10.800,00
76	METILPREDNISOLONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500 MG, APRESENTACAO: PÓ LIOFILIZADO + DILUENTE, INJETÁVEL, PRINCÍPIO ATIVO: SAL SUCCINATO - FRASCO AMPOLA - (BR0271599)	UN	500	R\$ 23,1000	R\$ 11.550,00
77	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG/ ML. APRESENTACAO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML - (BR0267310)	UN	2.000	R\$ 0,8000	R\$ 1.600,00
78	METOPROLOL,	UN	10.000	R\$ 0,5200	R\$ 5.200,0000



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

(44) 3110-1921
prefeito@araruna.pr.gov.br
www.araruna.pr.gov.br

	DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50 MG, APRESENTAÇÃO: LIBERAÇÃO CONTROLADA, PRINCÍPIO ATIVO: SAL SUCCINATO - COMPRIMIDO - (BR0276657)				
79	METRONIDAZOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5MG/ML, L APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA 100M L- (BR0268498)	UN	1.200	R\$ 4,9900	R\$ 5.988,00
80	MIDAZOLAM, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG/ML, APLICAÇÃO: INJETÁVEL - AMPOLA 10ML - (BR0268481)	UN	1.200	R\$ 3,3700	R\$ 4.044,00
81	MIDAZOLAM, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG/ML, APLICAÇÃO: INJETÁVEL - AMPOLA 3ML - (BR0268481)	UN	500	R\$ 2,3400	R\$ 1.170,00
82	(BR0304872) MORFINA (RAQUI) , APRESENTAÇÃO: SULFATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0.2MG/ML FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML - (BR0304872)	UN	1.200	R\$ 6,0100	R\$ 7.212,00
83	MORFINA, APRESENTAÇÃO: SULFATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10MG/ML. FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL- AMPOLA 1ML - (BR0304871)	UN	1.000	R\$ 2,8500	R\$ 2.850,00
84	NALOXONA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML - (BR0272326)	UN	100	R\$ 7,5700	R\$ 757,00
85	NEOMICINA, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM BACITRACINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5MG + 250UI/G, TIPO MEDICAMENTO: POMADA - BSNAGA DE NO MÍNIMO 10G (BR0273167)	TB	3.000	R\$ 2,8500	R\$ 8.550,00
86	NEOSTIGMINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML - (BR0273457)	UN	300	R\$ 1,5000	R\$ 450,00
87	NIFEDIPINO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10MG - COMPRIMIDO - (BR0267728)	UN	500	R\$ 0,1500	R\$ 75,00
88	NIMESULIDA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100MG - COMPRIMIDO - (BR0273710)	UN	72.000	R\$ 0,0900	R\$ 6.480,00
89	NITROGLICERINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG/ML, INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML - (BR0268970)	UN	240	R\$ 42,8400	R\$ 10.281,60
90	NITROPRUSSETO DE SÓDIO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO	UN	240	R\$ 19,8600	R\$ 4.766,40



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

(44) 3110-1921
prefeito@araruna.pr.gov.br
www.araruna.pr.gov.br

	INJETÁVEL - 2 ML AMPOLA - (BR0453501)				
91	NOREPINEFRINA, HEMITARTARATO , DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 2 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 4ML - (BR0442584)	UN	600	R\$ 1,8300	R\$ 1.098,00
92	OCITOCINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 UI/ML, INDICACAO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML - (BR0268277)	UN	1.200	R\$ 3,9800	R\$ 4.776,00
93	OMEPRAZOL, USO: INJETÁVEL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 40MG - AMPOLA 10ML - (BR0268160)	UN	2.400	R\$ 9,7900	R\$ 23.496,00
94	ONDANSETRONA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 2 MG/ML, INDICAÇÃO: INJETÁVEL - AMPOLA 4ML - (BR0268504)	UN	6.000	R\$ 1,2800	R\$ 7.680,00
95	BENZILPENICILINA, USO: INJETÁVEL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5.000.000UI. APRESENTACAO: POTÁSSICA (TIPO ARICICLINA) - (BR0270616)	UN	100	R\$ 11,3600	R\$ 1.136,00
96	PROMETAZINA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML - (BR0267769)	UN	600	R\$ 4,0500	R\$ 2.430,00
97	PROPATILNITRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10MG - COMPRIMIDOS - (BR0273135)	CX	25.000	R\$ 0,5400	R\$ 13.500,00
98	PROPOFOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: EMULSÃO INJETÁVEL - AMPOLA 20 ML - (BR0305935)	UN	360	R\$ 9,9600	R\$ 3.585,60
99	PROTAMINA CLORIDRATO, SOLUÇÃO INJETÁVEL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1% - AMPOLA 5ML - (BR0272362)	UN	50	R\$ 4,5100	R\$ 225,50
100	PROBIÓTICO, COMPOSIÇÃO: SACCHAROMYCES BOULARDII - 17 (TIPO REPOFLOR / FLORATIL) , DOSAGEM / CONCENTRAÇÃO: 200 MG - CAPSULA OU SACHE - (BR0449023),(BR0485304)	UN	400	R\$ 2,9000	R\$ 1.160,00
101	RIVAROXABANA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10 MG - COMPRIMIDOS - (BR0394103)	UN	3.000	R\$ 0,2200	R\$ 660,00
102	RIVAROXABANA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 15MG - COMPRIMIDOS - (BR0412092)	UN	3.000	R\$ 0,2600	R\$ 780,00
103	ROCURÔNIO BROMETO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO 5ML - (BR0268521)	FR	100	R\$ 12,2100	R\$ 1.221,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

(44) 3110-1921
prefeito@araruna.pr.gov.br
www.araruna.pr.gov.br

104	SACARATO DE ÓXIDO FÉRRICO (EQUIVALENTE A 20MG/ML DE FERRO III), FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA 5 ML (EQUIVALENTE AO NORIPURUM, REFERÊNCIA COMERCIAL) - (BR0448616)	UN	3.600	R\$ 13,3500	R\$ 48.060,00
105	SIMETICONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 75 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO ORAL- GOTAS - FRASCO 15ML - (BR0412965)	FR	3.000	R\$ 2,0400	R\$ 6.120,00
106	GLICEROL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 12% (120 MG/ML), APRESENTAÇÃO: CLISTER PARA USO RETAL (BR0269622)	UN	600	R\$ 11,4600	R\$ 6.876,00
107	EFEDRINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SULFATO - AMPOLA 1ML - (BR0287687)	UN	100	R\$ 6,3400	R\$ 634,00
108	SULFATO DE MAGNÉSIO, USO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50% - AMPOLA 10 ML - (BR0268075)	UN	600	R\$ 6,6000	R\$ 3.960,00
109	TERBUTALINA SULFATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,5 MG/ML, INJETÁVEL - AMPOLA 1ML - (BR0269818)	UN	2.000	R\$ 1,5000	R\$ 3.000,00
110	TENOXICAM, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 20MG, INJETÁVEL - (BR0268532)	UN	5.000	R\$ 6,0200	R\$ 30.100,00
111	TRAMADOL CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2ML - (BR0292382)	UN	6.000	R\$ 1,3000	R\$ 7.800,00
112	PROGESTERONA (TIPO UTROGESTAN) - 200MG CAPSULA ORAL OU VAGINAL - (BR0273952)	UN	5.040	R\$ 4,3700	R\$ 22.024,80
113	RETINOL, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM COLECALCIEEROL, DOSAGEM CONCENTRAÇÃO: 50.000 UI + 10.000 UI/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO ORAL - GOTAS - FRASCO 10 ML - (BR0399414)	FR	600	R\$ 6,8800	R\$ 4.128,00
114	ÁCIDO ASCÓRBICO (VITAMINA C), DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG/ML, TIPO USO: INJETÁVEL - AMPOLA 5ML - (BR0271687)	UN	3.000	R\$ 0,9000	R\$ 2.700,00
115	FITOMENADIONA (VITAMINA K) 10MG/ML - AMPOLA 1ML - (BR0292399)	UN	1.200	R\$ 2,4300	R\$ 2.916,00
116	CAPTOPRIL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25MG - COMPRIMIDO - (BR0267613)	UN	600	R\$ 0,0500	R\$ 30,00
117	CLARITROMICINA,	UN	600	R\$ 1,8700	R\$ 1.122,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.359.760/0001-99

Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000

ARARUNA - PARANÁ

(44) 3110-1921

prefeito@araruna.pr.gov.br

www.araruna.pr.gov.br

	DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500 MG - COMPRIMIDO/CÁPSULA - (BR0268439)				
118	CLORPROMAZINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 5ML - (BR0268069)	UN	600	R\$ 3,6100	R\$ 2.166,00
119	DEXAMETASONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1MG/G APRESENTACAO: CREME - TUBO COM NO MÍNIMO 10G - (BR0267643)	UN	600	R\$ 2,7000	R\$ 1.620,00
120	ENOXAPARINA SÓDICA 60MG/0,6ML SERINGA PRÉ-ENCHIDA DE 0,4ML - (BR0448982)	UN	600	R\$ 20,5300	R\$ 12.318,00
121	FENOBARBITAL SÓDICO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 2ML - (BR0300725)	UN	600	R\$ 2,8300	R\$ 1.698,00
122	(BR0268130) LEVOMEPRIMAZINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 40MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - FRASCO DE 20ML - (BR0268130)	FR	120	R\$ 19,1400	R\$ 2.296,80
123	METILDOPA DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO 250MG - COMPRIMIDO - (BR0267689)	UN	3.000	R\$ 0,4100	R\$ 1.230,0000
124	TETRACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA À FENILEFRINA, DOSAGEM/ CONCENTRAÇÃO: 1% + 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA - FRASCO DE 10ML - (BR0396853)	FR	50	R\$ 15,3700	R\$ 768,5000
125	TIAMINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, EV - AMPOLA 1ML - (BR0272343)	UN	600	R\$ 6,1200	R\$ 3.672,00
126	MEROPENEM, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1 G, APRESENTACAO: INJETÁVEL - (BR0268488)	FR	1.200	R\$ 17,8400	R\$ 21.408,00
127	OXIBUPROCAÍNA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 4MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA - (TIPO OXINEST) FRASCO DE NO MÍNIMO 5 ML (BR0296120)	FR	50	R\$ 25,6100	R\$ 1.280,50
128	RETINOL, APLICAÇÃO: POMADA OFTÁLMICA, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO C/AMINOÁCIDOS + METIONINA + CLORANFENÍCOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10.000UI + 25MG + 5MG + 5MG/G (TIPO REGENCEL) (BR0274918)	UN	100	R\$ 12,6000	R\$ 1.260,00
129	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400MG + 80MG (TIPO BACTRIM) , FORMA	UN	1.200	R\$ 3,8500	R\$ 4.620,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.359.760/0001-99

Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000

ARARUNA - PARANÁ

(44) 3110-1921

prefeito@araruna.pr.gov.br

www.araruna.pr.gov.br

	FARMACÊUTICA : SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA 5ML- (BR0308885)				
130	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA, INJETÁVEL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 2% + 1:200.000 - FRASCO 20ML - (TIPO XYLESTESIN) - (BR0269852)	FR	200	R\$ 6,4700	R\$ 1.294,00
131	OXACILINA, DOSAGEM / CONCENTRAÇÃO: 500 MG, INJETÁVEL (BR0268513)	FR	1.200	R\$ 4,7300	R\$ 5.676,00
132	CEFUROXIMA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 750 MG, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA - (BR0442709)	FR	1.200	R\$ 7,6300	R\$ 9.156,00
133	CEFEPIMA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1 G, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA - (BR0339846)	FR	600	R\$ 9,4800	R\$ 5.688,0000
134	TOBRAMICINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,3%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA - (BR0271581)	FR	600	R\$ 7,0000	R\$ 4.200,00
135	COLECALCIFEROL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50.000 UI - CAPSULAS - (BR0431098)	UN	16.000	R\$ 0,7100	R\$ 11.360,00
136	RISPERIDONA, USO: SOLUÇÃO ORAL, COM PIPETA DOSADORA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1 MG/ML - FRASCO 30ML - (BR0284106)	FR	720	R\$ 16,3000	R\$ 11.736,00
137	ARIPIPIRAZOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO ORAL - FRASCO COM NO MÍNIMO 100ML - (BR0472780)	FR	720	R\$ 172,0500	R\$ 123.876,00
138	COLAGENASE, USO: POMADA, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,6UI + 1% - BISPAGA COM NO MÍNIMO 30G - (BR0270495)	UN	1.200	R\$ 14,5800	R\$ 17.496,00
139	RISPERIDONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 2 MG - COMPRIMIDOS - (BR0268149)	UN	72.000	R\$ 0,1500	R\$ 10.800,00
140	VENLAFAXINA, SAL CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 75 MG - COMPRIMIDO - (BR0272382)	UN	180.000	R\$ 0,4400	R\$ 79.200,00
141	ESCITALOPRAM OXALATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10 MG - COMPRIMIDO - (BR0291770)	UN	360.000	R\$ 0,1200	R\$ 43.200,00
142	SERTRALINA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50MG - COMPRIMIDO - (BR0272365)	UN	180.000	R\$ 0,1200	R\$ 21.600,00



143	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA: B1,B2,B3,B5,B6 - COMPRIMIDO - (BR0368499)	UN	24.000	R\$ 0,0600	R\$ 1.440,00
144	CLORETO DE SÓDIO, APLICAÇÃO: SISTEMA FECHADO, PRINCÍPIO ATIVO: 0,9%_ SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10ML - (BR0268236)	UN	6.000	R\$ 0,2600	R\$ 1.560,00

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, sendo caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do estudo Técnico preliminar.

1.4. Os bens objeto desta contratação, serão adquiridos através da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, para Registro de Preços.

1.5. A definição das quantidades foi realizada com base no histórico de consumo registrado nas farmácias das Unidades de Saúde do Município, por meio da análise de relatórios de dispensação. Tal levantamento considerou projeção anual compatível com o próximo período aquisitivo, observando-se ainda fatores como a sazonalidade das doenças, especialmente as respiratórias, variações climáticas, hábitos de consumo, datas comemorativas, crescimento populacional e a ampliação dos atendimentos na Atenção Primária e nos serviços especializados. (JUSTIFICATIVA DETALHA SE ENCONTRA NO ANEXO DESSE TR).

1.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, na forma do Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

1.6.1. A Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA LEI 123/2006 – MICRO E PEQUENA EMPRESA

- ampla Concorrência (lote 137)
- licitação com cota reservada para ME e EPP
- licitação exclusiva para ME e EPP (demais lotes)

Se a licitação for exclusiva para ME e EPP:

- local
- Paraná
- sem restrição territorial

Justificativa de Licitação exclusiva a ME e EPP:

A presente contratação adota o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente em seus artigos 47 e 48, inciso I, bem como em consonância com a legislação municipal vigente, notadamente a Lei Municipal nº 034/2026.

Nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

No âmbito municipal, a referida diretriz foi regulamentada pela Lei Municipal nº 034/2026, a qual estabelece a obrigatoriedade de realização de licitação exclusiva



para microempresas e empresas de pequeno porte nos itens cujo valor não exceda o referido limite, conforme disposto em seu art. 9º .

Dessa forma, considerando que o objeto da presente contratação foi devidamente dividido em itens, verifica-se que:

- os itens cujo valor estimado é de até R\$ 80.000,00 serão destinados **exclusivamente** à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em observância à legislação vigente;
- o item cujo valor estimado ultrapassa R\$ 80.000,00 será destinado à ampla concorrência, assegurando a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Ressalta-se que a adoção do tratamento diferenciado visa promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, incentivar a participação das micro e pequenas empresas nas contratações públicas, ampliar a eficiência das políticas públicas e fomentar o desenvolvimento sustentável, conforme previsto no art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006.

Ademais, a medida encontra respaldo no planejamento da contratação e na análise do mercado fornecedor, não havendo prejuízo à competitividade do certame nem à obtenção da proposta mais vantajosa, estando em plena conformidade com os princípios da legalidade, isonomia, eficiência e desenvolvimento nacional sustentável.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a constituição de **Ata de Registro de Preços** destinada à aquisição eventual e futura de medicamentos, com o objetivo de suprir as demandas das unidades de saúde do Município de Araruna.

A referida aquisição mostra-se imprescindível para assegurar a continuidade dos atendimentos prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo o acesso regular e adequado aos tratamentos necessários. Trata-se de medida essencial à promoção da saúde pública, à efetivação do direito fundamental à saúde e à melhoria da qualidade de vida da população atendida.

Ressalta-se que a indisponibilidade desses insumos pode ocasionar a interrupção de tratamentos, agravamento do quadro clínico dos pacientes, comprometimento da assistência prestada e até mesmo riscos à vida, configurando grave prejuízo ao interesse público. Nesse contexto, incumbe ao ente público assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, conforme disposto no art. 196 da Constituição Federal.

Ademais, a realização do processo de aquisição contribuirá para o fortalecimento da rede municipal de saúde, abrangendo desde a atenção primária até os níveis de maior complexidade, possibilitando maior resolutividade nos atendimentos e otimização dos recursos públicos disponíveis.

Por fim, a adoção do Sistema de Registro de Preços apresenta-se como solução eficiente para a Administração, por permitir maior flexibilidade na gestão das aquisições, racionalização dos estoques e atendimento tempestivo das demandas, além de subsidiar o adequado planejamento das contratações no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO. (art. 6, XXIII, c)



Considerando o fato de se tornar inviável operacionalmente a aquisição de todos os bens de uma só vez, bem como a necessidade de contratações frequentes, a previsão de entregas parceladas, a impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração e levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a aquisição através de Pregão Eletrônico por meio do Sistema de Registro de Preços, que se caracteriza pelo conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras.

A licitação será regida pela modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", tomando como parâmetro legal:

- Lei nº. 14.133/2021, atualizada, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Lei complementar 123/2006, que institui o Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno porte.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO: (art.6, XXIII, d)

Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação objeto deste termo de referência apresenta os seguintes requisitos:

5.1. REQUISITOS INTERNOS

Especificação (detalhamento)

As especificações dos itens encontram-se na tabela do subitem 1.2 deste termo de referência;

Os medicamentos a serem fornecidos deverão atender integralmente à legislação sanitária vigente, especialmente às normas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, devendo possuir registro válido, notificação ou autorização de comercialização, conforme o caso.

5.1.1. Regularidade sanitária e documental

- a) Os medicamentos deverão estar devidamente registrados junto à ANVISA, com número de registro válido e ativo;
- b) A empresa fornecedora deverá possuir **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)** expedida pela ANVISA, compatível com o objeto;
- c) Quando aplicável, deverá apresentar **Autorização Especial (AE)** para medicamentos sujeitos a controle especial;
- d) Os produtos deverão ser fornecidos acompanhados de **nota fiscal**, contendo lote, data de fabricação e validade.

5.1.2. Qualidade, segurança e conformidade

- a) Os medicamentos deverão atender aos padrões de qualidade exigidos, observando-se, no que couber, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia;



- b) Deverão ser observadas as **Boas Práticas de Fabricação, Armazenamento e Distribuição**, conforme regulamentação sanitária vigente;
- c) Os produtos deverão ser entregues em **embalagens originais**, lacradas, sem sinais de violação, contendo rotulagem completa e bula;
- d) Não serão aceitos medicamentos com indícios de adulteração, deterioração ou fora dos padrões de qualidade exigidos.

5.1.3. Prazo de validade

- a) Os medicamentos deverão possuir, no momento da entrega, **prazo de validade mínimo de 75%** (setenta e cinco por cento) de sua validade total, contado da data de fabricação, salvo justificativa técnica previamente aceita pela Administração;
- b) Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior ao estabelecido, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas.

5.1.4. Rastreabilidade

- a) Todos os medicamentos deverão conter **identificação do lote**, data de fabricação e validade;
- b) O fornecedor deverá garantir a **rastreabilidade dos produtos**, possibilitando o acompanhamento desde a origem até a entrega final;
- c) Em caso de recolhimento (recall), o fornecedor deverá comunicar imediatamente a Administração e adotar as providências necessárias.

5.1.5. Transporte e armazenamento

- a) O transporte deverá ser realizado em condições adequadas, garantindo a **integridade e conservação dos medicamentos**, especialmente quanto ao controle de temperatura, quando aplicável;
- b) O fornecedor deverá assegurar o cumprimento das normas sanitárias relativas ao transporte de medicamentos;
- c) Medicamentos termolábeis deverão ser transportados em condições controladas, com comprovação de manutenção da cadeia de frio.

5.1.6. Responsabilidade do fornecedor

- a) O fornecedor responderá pela qualidade, segurança e eficácia dos medicamentos fornecidos;
- b) Deverá substituir, no prazo máximo a ser definido pela Administração, quaisquer produtos em desacordo com as especificações;
- c) Deverá observar as disposições do art. 39, inciso VIII, da Lei nº 8.078/1990, sendo vedado o fornecimento de produtos em desacordo com as normas regulamentares.

5.1.7 – Encargos

As despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto, correrão por conta exclusiva da contratada.

5.1.8 – Descrição dos Requisitos para Contratação



A contratação se dará por SRP, ficando a Ata de Registro de Preços válida por 12 meses.

Além disso, deve assegurar o cumprimento dos compromissos firmados na Ata de Registro de Preços durante toda a sua vigência e atender os seguintes requisitos:

- a) Fornecimento de medicamentos, de acordo com o tipo especificado, atendendo o tipo de embalagem, unidade de medida e prazos de validade especificados;
- b) Comprovar a aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- c) Os produtos entregues deverão apresentar as características constantes nas especificações da tabela.
- d) Os licitantes deverão possuir logística suficiente para atender as necessidades da administração municipal.
- e) O desembarque deve ocorrer por conta dos fornecedores.

5.1.9 – Validade da Ata de Registro de Preços

A ata de registro de preços terá validade de 12 meses a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada para mais 12 meses, nos termos do Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

A ARP e o Contrato advindo da ARP deverá ser acompanhado e fiscalizado durante toda a vigência da execução que consistirá na verificação da conformidade do fornecimento de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, como fiscal de contrato.

A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;

O representante da **CONTRATANTE** deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas;

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada. (Art. 83. da Lei 14.133/2021).

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art.6, XXIII, e)

6.1. Da Entrega

- a) O objeto deverá ser entregue em parcelas, mediante a expedição de solicitação de fornecimento emitido pela Secretaria de Saúde, juntamente com a Nota de Autorização de Despesa, expedida pelo Setor de Compras da Prefeitura.
- b) O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, nos seguintes endereços:
 - Unidade Básica de Saúde Dr Genesio, localizada na Rua Mario Soriani, CEP: 87260-000, nesta cidade e estado,



- Unidade Básica de Saúde Centro(antiga Secretaria Municipal de Saúde), localizada na Rua Presidente Rodrigues Alves, 621, Centro, nesta cidade e estado,
- Hospital Municipal Casa de Saúde, localizado na Rua Eraclides Alves Gouveia, 630, Centro, nesta cidade e estado.
- c) A entrega deverá ser realizada de acordo com as quantidades e especificações contidas na Nota de Autorização de Despesa, devendo ser respeitado o **prazo de validade mínimo de 75%** (setenta e cinco por cento);
- d) A licitante vencedora será a única responsável pela qualidade dos produtos fornecidos.
- e) No momento da entrega dos itens, os medicamentos fornecidos devem estar em perfeita condição de higiene e conservação, livre de odores estranhos e de contaminantes químicos, físicos e biológicos. Devem estar com embalagens intactas e sem perfurações;
- f) O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada produto e devidamente protegidos quanto a pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles de temperatura devem ser apropriados para garantir a integridade do produto.
- g) Os materiais deverão ser entregues em condições ideais para o uso, e deverão estar em conformidade com a legislação vigente, respeitando rigorosamente as especificações contidas no Edital e seus Anexos.
- h) O texto e demais exigências legais previstas para cartucho, rotulagem, bula e embalagem devem estar em conformidade com a legislação vigente do Ministério da Saúde e Código de Defesa do consumidor.
- i) Os dados constantes na identificação das embalagens de transporte no que se referem aos lotes, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo etc, deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, ou seja, às embalagens primárias e de consumo.
- j) As embalagens devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade e concentração.
- k) As embalagens de transporte devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc).
- l) No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento. Os aplicadores que acompanham cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado e convenientemente selado.
- m) Os rótulos devem estar aderidos corretamente nas embalagens, tornando possível respeitar o volume de ressuspensão do medicamento.
- n) Caso o laboratório fabricante ou produto venha a ser interditada, a empresa vencedora deverá substituir o medicamento por outro com a mesma composição e concentração, devendo previamente obter a homologação da Secretaria de Saúde para o produto proposto para a substituição, sem custo para o Município. No caso do produto apresentar alterações em sua composição, aspecto, etc., ou mesmo havendo denúncias das Unidades de Saúde, proveniente de usuários, a empresa será contatada e deverá providenciar análise do produto em Laboratório. No caso de discordância, a



Secretaria Municipal de Saúde se reserva o direito de realizar a análise sendo que o ônus da mesma será de inteira responsabilidade do fornecedor.

- o) Os produtos poderão ser rejeitados se estiverem em desacordo com as especificações e condições estabelecidas neste documento, ficando a contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, caso os produtos sejam entregues em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Prefeitura, ou em quantidade inferior ao estabelecido, a empresa deverá substituí-los ou complementá-las em 5 (cinco) dias.
- p) Caso a substituição/reparação dos produtos não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação de penalidades.

6.2 – Os medicamentos fornecidos deverão ser entregues acompanhados da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55**, cujo **arquivo XML** deverá conter, obrigatoriamente, quando aplicável:

- a) o Código GTIN (cEAN e cEAN Trib);
- b) o número do lote;
- c) a data de fabricação;
- d) a data de validade;
- e) o correto preenchimento dos Grupos I80 (Rastreabilidade do Produto) e K (Detalhamento Específico de Medicamentos e Matérias-Primas Farmacêuticas), nos termos da legislação sanitária e fiscal vigente.

6.3 – Os medicamentos poderão ser rejeitados se porventura, estejam com prazo de validade inferior ao estipulado, com embalagens violadas ou se estiverem em desacordo com as especificações e condições estabelecidas neste documento e na Ata de Registro de Preço, ficando a detentora obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares, caso os medicamentos sejam entregues em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Prefeitura, ou em quantidade inferior ao estabelecido, a empresa deverá substituí-los ou complementá-las no prazo de 02 (dois) dias após o comunicado. Caso a substituição/reparação dos medicamentos não ocorra no prazo determinado, estará a detentora incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação de sanções

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art.6, XXIII, f)

7.1. A ARP e o Contrato que advir da ARP, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1. As comunicações entre o Município e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

7.3. Serão de responsabilidade do fornecedor que tiver seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados ao órgão participante desta Ata ou a terceiros, ocorridos por culpa de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer



responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do Edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preços.

7.4. O Município poderá, até o momento da emissão da Autorização de Fornecimento, desistir da contratação do objeto proposto, no todo ou em parte, sem que caibam quaisquer direitos ao licitante vencedor.

7.5. A critério da Administração, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

7.6.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.6.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.6.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual, se achar necessário.

7.7.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.7.2. RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

Nathália Aparecida da Silva França Stadnicki, CPF: 083.488.179-99 - Gestor do Contrato: Servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual;

João Carlos Aparecido Caetano, CPF: 825.694.879-53 - Fiscal: Servidor indicado pela autoridade competente para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional da Solução de Tecnologia da Informação; técnico e quanto aos aspectos administrativos;

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os itens serão recebidos pelo responsável pela Secretaria de Saúde, podendo ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **02 (dois)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



8.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração que será autorizada a emissão pelo fiscal de contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.2.1.1. Verificação da conformidade com a quantidade requisitada e se a especificação atende plenamente aos requisitos, de forma aderente aos termos contratuais.

8.2.1.2. O Recebimento Definitivo dar-se-á mediante termo de recebimento definitivo ou recibo e posterior certificação na Nota Fiscal, autorizando assim o pagamento.

8.2.1.3. Se, durante o recebimento definitivo, for constatado que os produtos foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, a Contratada se obriga a substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação da Contratada, sendo interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

8.2.1.4. A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, **no prazo máximo de 10 (dez) dias**.

8.2.2. Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum produto constante da mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do “fechamento do empenho” com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

8.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o recebimento definitivo não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.2.4. A fiscalização e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da Contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como, pelos danos prejuízos ao município ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação/desconformidades com as normas técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2.5. A assinatura do conhecimento da empresa transportadora não implica/atesta o recebimento definitivo do objeto ou que a mesma esteja em conformidade com a Nota de Empenho.

8.3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



8.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.5. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de trinta dias úteis para fins de liquidação. O setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.5 – A CONTRATADA deverá emitir as notas fiscais referentes ao objeto contratado em estrita conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório, no contrato e na respectiva Nota de Autorização de Despesa (NAD). O descritivo constante na nota fiscal deverá corresponder fielmente ao objeto contratado e ao constante na NAD, contendo detalhamento suficiente que permita a perfeita identificação dos bens fornecidos ou dos serviços prestados, incluindo, quando aplicável, quantitativos, unidades de medida, valores unitários e demais especificações pertinentes.

8.6. Não serão aceitas notas fiscais com descrições genéricas, incompletas ou em desacordo com o objeto contratado, podendo a Administração rejeitá-las até a devida regularização.

8.7. A emissão da nota fiscal em desacordo com as exigências estabelecidas implicará na suspensão do prazo para fins de liquidação da despesa e pagamento, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.

8.8. A CONTRATADA deverá observar, ainda, todas as normas legais aplicáveis, especialmente aquelas previstas na Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 4.320/1964.

8.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.10 – A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação no que se refere a regularidade fiscal.

Prazo de pagamento

8.6. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, por meio de liquidação, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos.



Forma de pagamento

- 8.7.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado na nota fiscal ou instrumento equivalente.
- 8.8.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.9.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.9.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.10.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR(ARTIGO 6. -XXIII, h)

- 9.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO de licitação, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE/ITEM.
- 9.2.** Poderão participar do processo empresas que atendam o ramo de atividade do objeto da licitação, comprovando experiência e qualidade em seus serviços.
- 9.3.** As licitantes deverão cumprir as exigências habilitatórias contidas nos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021.
- 9.4.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 9.4.1. Habilitação jurídica**
- a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
 - b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
 - d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).



- f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.4.2. Regularidade Fiscal e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Dívida ativa da União, Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedido pela Secretaria da Receita Federal do domicílio ou sede da licitante, ou outra forma equivalente admitida pela legislação pátria vigente.
- c) Prova de regularidade para a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado do domicílio ou sede da licitante, ou outra forma equivalente admitida pela legislação pátria vigente;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda do domicílio ou sede da licitante, ou outra forma equivalente admitida pela legislação pátria vigente;
- e) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Termo de Serviço – FGTS.
- f) Certidão o Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.4.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

9.4.3.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.4.3.2. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

9.4.4. Qualificação Técnica

- a) Comprovação de aptidão do licitante através de atestado de capacidade técnico-operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha executado, a contento, fornecimentos de natureza e vulto compatíveis com o objeto a ser contratado, com a possibilidade de somatória de atestados.
- b) Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) participante da



licitação, concedido pelo Ministério da Saúde/ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em cópia reprográfica da publicação no Diário Oficial da União – D.O.U. Para esta comprovação serão aceitos “prints” de paginas do sitio da ANVISA, que estarão sujeito à confirmação pelo Setor Técnico competente. Não serão aceitos protocolos de solicitação de Autorização de Funcionamento;

c) Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento) da empresa participante da licitação, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal onde for sediada a empresa, dentro do prazo de validade. Não serão aceitos protocolos de solicitação de Alvará Sanitário;

d) Certificado de Registro de Produto ou isenção de Registro quando couber, emitido pela ANVISA do Ministério da Saúde, em cópia reprográfica da publicação no D.O.U. Para esta comprovação serão aceitos “prints” de páginas do sítio da ANVISA, que estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente. Não será aceito certificado vencido e não será aceito protocolo de solicitação de renovação de Certificado.

e) Autorização Especial (AE) expedida pela ANVISA, válida, quando o licitante comercializar medicamentos sujeitos à Portaria SVS/MS nº 344/1998;

f) Comprovação de registro ou inscrição ativa da empresa no Conselho Regional de Farmácia (CRF) competente.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ARTIGO 6. -XXIII, a) ao j))

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.227.611,47 (Um milhão, duzentos e vinte e sete mil, seiscentos e onze reais e quarenta e sete centavos)** - conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10.2. A presente análise tem por objetivo verificar a conformidade da pesquisa de preços com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como avaliar a adequação metodológica e a fidedignidade dos valores estimados.

10.3. Nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, podendo ser obtido mediante a utilização de parâmetros como, contratações similares realizadas pela Administração Pública; dados de pesquisa publicada em mídia especializada e bases de dados oficiais; sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo e pesquisa direta com fornecedores, quando necessário.

10.4. Metodologia adotada

Foi utilizada múltiplas fontes para formação dos preços, incluindo:

- contratações anteriores do próprio município (histórico);
- contratações de outros entes públicos;
- Banco de Preços em Saúde (BPS);
- plataformas como PNCP, Licitanet, BLL, Compras.gov, TCE/PR e notas fiscais.

Detalhamento da pesquisa:

- a) Banco de Preços em Saúde – BPS- Ministério da Saúde
Sistema oficial do Governo Federal que reúne preços praticados na aquisição de medicamentos e produtos para saúde no âmbito do SUS. Endereço eletrônico: <https://bps.saude.gov.br/>



- b) Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/>
- c) Compras.gov.br (Portal de Compras do Governo Federal), Endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras>
- d) Licitanet- Plataforma eletrônica de pregões utilizada por diversos entes públicos. Endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>
- c) Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, Sistema eletrônico amplamente utilizado para realização de licitações públicas. <https://bll.org.br/>
- d) Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR (Consulta de Licitações) Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Base de dados com informações sobre licitações e contratos públicos no Estado do Paraná. Endereço eletrônico: <https://www.tce.pr.gov.br/>
- e) Notas Fiscais Eletrônicas / Painéis da CGU- Controladoria-Geral da União
Consulta de notas fiscais eletrônicas e painéis de preços públicos. Endereço eletrônico: <https://www.gov.br/cgu/>
- f) Histórico de contratações do próprio Município- Dados internos do Município de Araruna, oriundos de processos licitatórios anteriores (pregões e dispensas), conforme demonstrado no relatório unificado

Tal procedimento encontra-se em consonância com as diretrizes do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, evidenciando a busca por ampla base comparativa de preços.

10.4.1.1. *Critério de formação do preço estimado foi a média aritmética dos valores coletados, conforme indicado no relatório técnico. Ademais, consta a informação de que valores considerados incompatíveis foram desconsiderados, conforme indicado no mapa de apuração. Contudo, não se verifica nos autos a formalização de critérios objetivos para exclusão de valores discrepantes (outliers), o que pode fragilizar a robustez metodológica da pesquisa.*

10.4.1.2. *Quanto a atualidade e diversidade das fontes, os dados utilizados são, em sua maioria, recentes (anos de 2025 e 2026), com presença pontual de dados de 2024. A diversidade de fontes utilizadas é adequada e contribui para a confiabilidade dos preços estimados.*

10.4.1.3. *Quanto a compatibilidade dos objetos pesquisados, de modo geral, os itens pesquisados apresentam padronização por código BR (CATMAT) e descrição técnica compatível (dosagem, forma farmacêutica e apresentação). Entretanto, verificam-se situações pontuais em que há variação na apresentação dos produtos (ex.: diferentes volumes), o que pode impactar a comparabilidade dos preços caso não haja ajuste proporcional.*

10.4.1.4. *Quanto a variação de preços e tratamento estatístico, constata-se variação significativa entre os preços coletados em determinados itens, o que é comum no mercado farmacêutico. Embora tenha havido exclusão de valores considerados incompatíveis, a utilização da média aritmética simples pode não refletir adequadamente o comportamento do mercado em cenários de grande dispersão de preços, sendo recomendável, em tais casos, a utilização de mediana ou média saneada.*



10.4.1.5. Quanto a utilização de bases específicas de saúde, destaca-se como ponto positivo a utilização do Banco de Preços em Saúde (BPS), ferramenta reconhecida como parâmetro relevante para aquisições de medicamentos.

Diante disso, houve regularidade na pesquisa de preços, entendendo-se que os valores estimados podem ser utilizados para fins de instrução do processo licitatório.

Responsável pela pesquisa de preços: **Gabriel Victor Marçal De Oliveira**

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ARTIGO 6. -XXIII, a) ao j))

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura do Município de Araruna.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA.

JUSTIFICATIVA DOS QUANTITIVOS.

Considerando a necessidade de instauração de novo processo licitatório para a aquisição de medicamentos destinados ao atendimento da rede pública de saúde do Município de Araruna, o presente documento tem como finalidade fundamentar a estimativa de quantidades e a inclusão de novos itens que anteriormente não integravam a lista de medicamentos licitados.

A definição das quantidades foi realizada com base no histórico de consumo registrado nas farmácias das Unidades de Saúde do Município, por meio da análise de relatórios de dispensação. Tal levantamento considerou projeção anual compatível com o próximo período aquisitivo, observando-se ainda fatores como a sazonalidade das doenças, especialmente as respiratórias, variações climáticas, hábitos de consumo, datas comemorativas, crescimento populacional e a ampliação dos atendimentos na Atenção Primária e nos serviços especializados.

A inclusão de novos medicamentos justifica-se pela atualização da Relação Municipal de Medicamentos (REMUME), evidenciando a necessidade de ampliar as opções terapêuticas disponíveis na rede municipal de saúde, garantir maior resolutividade nos tratamentos e adequar a assistência farmacêutica às demandas identificadas na população. Tais inclusões encontram respaldo nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Sistema Único de Saúde (SUS) e na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), assegurando a conformidade técnica e sanitária.

Destaca-se, ainda, a crescente preocupação com a resistência bacteriana aos antimicrobianos, o que torna imprescindível a disponibilidade de diferentes classes de medicamentos, possibilitando tratamentos eficazes e seguros.

Ademais, alguns dos medicamentos listados são atualmente adquiridos por meio de Consórcio Intermunicipal de Saúde. Entretanto, diante da possibilidade de eventuais inconsistências no atendimento ou interrupções no fornecimento, faz-se necessária a adoção de medidas preventivas por parte da Administração Pública. Nesse contexto, a inclusão desses itens em



processo licitatório próprio visa assegurar a continuidade do abastecimento, evitando a desassistência à população e garantindo a regularidade dos serviços de saúde.

Tal providência encontra amparo nos princípios da supremacia do interesse público, da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público, previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, a medida representa uma solução prudente e responsável para garantir o acesso ininterrupto aos medicamentos essenciais.

Diante do exposto, a estimativa das quantidades e a ampliação da lista de medicamentos a serem licitados mostram-se indispensáveis para assegurar o abastecimento regular da rede municipal de saúde, evitar desabastecimentos, garantir a continuidade dos tratamentos e promover a qualidade da assistência farmacêutica ofertada aos munícipes de Araruna.

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Justificativa
CAPTOPRIL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25MG - COMPRIMIDO - (BR0267613)	UN	600	Medicamento atualmente adquirido por meio de Consórcio Intermunicipal de Saúde. Considerando possíveis inconsistências no atendimento consorciado, sua inclusão no presente processo licitatório visa prevenir a descontinuidade do fornecimento, assegurando a regularidade da assistência farmacêutica e a preservação do interesse público. Os quantitativos, levou em consideração o número de usuários cadastrados que fazem uso desse medicamento, conforme dados do programa HIPERDIA.
CLARITROMICINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500 MG - comprimido/cápsula - (BR0268439)	UN	600	Medicamento atualmente adquirido por meio de Consórcio Intermunicipal de Saúde. Considerando possíveis inconsistências no atendimento consorciado, sua inclusão no presente processo licitatório visa prevenir a descontinuidade do fornecimento, assegurando a regularidade da assistência farmacêutica e a preservação do interesse público. O cálculo de quantidade levou em consideração dados de consumo no último ano.
CLORPROMAZINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - ampola de 5ml - (BR0268069)	UN	600	Medicamento adquirido para atender a demanda ambulatorial de todas as unidades de saúde do município de Araruna, e Hospital Municipal de Araruna. O cálculo de quantidade deu através da média mensal somada a margem de segurança, visto que, por ser utilizada em situações de emergência, não pode haver desabastecimento.
DEXAMETASONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1mg/g APRESENTAÇÃO: CREME - tubo com no mínimo 10g - (BR0267643)	UN	600	Medicamento atualmente adquirido por meio de Consórcio Intermunicipal de Saúde. Considerando possíveis inconsistências no atendimento consorciado, sua inclusão no presente processo licitatório visa prevenir a descontinuidade do fornecimento, assegurando a regularidade da assistência farmacêutica e a preservação do interesse público. O cálculo de quantidade levou em consideração dados de consumo no último ano.
Enoxaparina sódica 60mg/0,6ml seringa pré-enchida de 0,4ml - (BR0448982)	UN	600	Medicamento incluso na relação municipal de medicamentos essenciais – REMUME, para atender gestantes e pós cirúrgicos do SUS, e atender as demandas dos pacientes internados no hospital municipal. O cálculo aproximado foi realizado através de dados epidemiológicos e considerando ainda que algumas prescrições pode conter várias unidades deste medicamento para cada paciente.
FENOBARBITAL SÓDICO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL - ampola de 2ml - (BR0300725)	UN	600	Medicamento adquirido para atender a demanda ambulatorial de todas as unidades de saúde do município de Araruna, e Hospital Municipal de Araruna. O cálculo de quantidade deu através da média mensal somada a margem de segurança, visto que, por ser utilizada em situações de emergência, não pode haver desabastecimento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.359.760/0001-99

Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000

ARARUNA - PARANÁ

(44) 3110-1921

prefeito@araruna.pr.gov.br

www.araruna.pr.gov.br

(BR0268130) LEVOMEPROMAZINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: O: 40MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - frasco de 20ml - (BR0268130)	FR	120	Medicamento adquirido para atender a demanda ambulatorial de todas as unidades de saúde do município de Araruna, e Hospital Municipal de Araruna. O cálculo de quantidade deu através da média mensal somada a margem de segurança, visto que, por ser utilizada em situações de emergência, não pode haver desabastecimento.
Metildopa Dosagem/concentração 250mg - comprimido - (BR0267689)	UN	3.000	Medicamento atualmente adquirido por meio de Consórcio Intermunicipal de Saúde. Considerando possíveis inconsistências no atendimento consorciado, sua inclusão no presente processo licitatório visa prevenir a descontinuidade do fornecimento, assegurando a regularidade da assistência farmacêutica e a preservação do interesse público. O cálculo de quantidade levou em consideração dados de consumo no último ano.
TETRACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA À FENILEFRINA, DOSAGEM/ CONCENTRAÇÃO: 1% + 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA - frasco de 10ml - (BR0396853)	FR	50	Medicamento adquirido para atender a demanda ambulatorial de todas as unidades de saúde do município de Araruna, e Hospital Municipal de Araruna. O cálculo de quantidade deu através da média mensal somada a margem de segurança, visto que, por ser utilizada em situações de emergência e procedimentos oculares, não pode haver desabastecimento.
TIAMINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: O: 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, EV - Ampola 1ml - (BR0272343)	UN	600	Medicamento adquirido para atender a demanda ambulatorial do Hospital Municipal de Araruna. O cálculo de quantidade se deu através de previsão mediante solicitações de médicos para prescrição deste medicamento
MEROPENEM, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: O: 1 G, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL - (BR0268488)	FR	1.200	Medicamento adquirido para atender a demanda ambulatorial do Hospital Municipal de Araruna, visto que, a inclusão de novos antibióticos se deve ao aumento da resistência aos antimicrobianos. Para o cálculo de estimativa considerou-se uma média de vinte ampolas para o tratamento de cada possível paciente.
OXIBUPROCAÍNA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: O: 4MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA - (tipo Oxinest) Frasco de no mínimo 5 mL (BR0296120)	FR	50	Medicamento adquirido para atender a demanda ambulatorial de todas as unidades de saúde do município de Araruna, e Hospital Municipal de Araruna. O cálculo de quantidade deu através da média mensal somada a margem de segurança, visto que, por ser utilizada em situações de emergência e procedimentos oculares, não pode haver desabastecimento.
RETINOL, APLICAÇÃO: POMADA OFTÁLMICA, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO C/AMINOÁCIDOS + METIONINA + CLORANFENÍCOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: O: 10.000UI + 25MG + 5MG + 5MG/G (tipo Regencil) (BR0274918)	UN	100	Medicamento adquirido para atender a demanda ambulatorial de todas as unidades de saúde do município de Araruna, e Hospital Municipal de Araruna. O cálculo de quantidade deu através da média mensal somada a margem de segurança, visto que, por ser utilizada em situações de emergência e procedimentos oculares, não pode haver desabastecimento.
Sulfametoxazol + Trimetoprima 400mg + 80mg (tipo Bactrim) , Forma farmacêutica : solução injetável - FRASCO AMPOLA 5ML- (BR0308885)	UN	1.200	Medicamento adquirido para atender a demanda ambulatorial do Hospital Municipal de Araruna, visto que, a inclusão de novos antibióticos se deve ao aumento da resistência aos antimicrobianos. Para o cálculo de estimativa considerou-se uma média de vinte ampolas para o tratamento de cada possível paciente



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.359.760/0001-99

Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000

ARARUNA - PARANÁ

(44) 3110-1921

prefeito@araruna.pr.gov.br

www.araruna.pr.gov.br

LIDOCAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA, INJETÁVEL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 2% + 1:200.000 - FRASCO 20ML - (TIPO XYLESTESIN) - (BR0269852)	FR	200	Medicamento adquirido para atender a demanda ambulatorial de todas as unidades de saúde do município de Araruna, e Hospital Municipal de Araruna, sendo utilizado em pequenos procedimentos cirúrgicos.
Oxacilina, dosagem / concentração: 500 mg, injetável (BR0268513)	FR	1.200	Medicamento adquirido para atender a demanda ambulatorial do Hospital Municipal de Araruna, visto que, a inclusão de novos antibióticos se deve ao aumento da resistência aos antimicrobianos. Para o cálculo de estimativa considerou-se uma média de vinte ampolas para o tratamento de cada possível paciente
CEFUROXIMA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 750 MG, FORMA FARMACÊUTICA: PÓ P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA - (BR0442709)	FR	1.200	Medicamento adquirido para atender a demanda ambulatorial do Hospital Municipal de Araruna, visto que, a inclusão de novos antibióticos se deve ao aumento da resistência aos antimicrobianos. Para o cálculo de estimativa considerou-se uma média de vinte ampolas para o tratamento de cada possível paciente
CEFEPIMA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1 G, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA - (BR0339846)	FR	600	Medicamento adquirido para atender a demanda ambulatorial do Hospital Municipal de Araruna, visto que, a inclusão de novos antibióticos se deve ao aumento da resistência aos antimicrobianos. Para o cálculo de estimativa considerou-se uma média de vinte ampolas para o tratamento de cada possível paciente
TOBRAMICINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,3%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA - (BR0271581)	FR	600	Medicamento incluso na relação municipal de medicamentos essenciais – REMUME, para dispensação nas farmácias básicas do município, visto que a gentamicina oftálmica não está sendo disponibilizada pelo consorcio intermunicipal de saúde. O cálculo de estimativa de deu utilizando dados epidemiológicos da conjuntivite bacteriana no último ano.
COLECALCIFEROL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50.000 UI - capsulas - (BR0431098)	UN	16.000	Medicamento incluso na relação municipal de medicamentos essenciais – REMUME, para dispensação nas farmácias básicas do município, para atender paciente com hipovitaminoses diagnosticadas. O cálculo de estimativa anual se deu levando em consideração o grande número de prescrições deste medicamento que não estão sendo atendidas no município.
RISPERIDONA, USO: SOLUÇÃO ORAL, COM PIPETA DOSADORA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1 MG/ML - FRASCO 30ML - (BR0284106)	FR	720	Medicamento incluso na relação municipal de medicamentos essenciais – REMUME, para dispensação nas farmácias básicas do município, para atender pacientes com tdah e autismo. O cálculo de estimativa anual se deu utilizando dados de pacientes com esses cid, e em idade escolar e estão em tratamento neste município, que virão a ser atendidos mensalmente.
ARIPIPAZOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO ORAL - FRASCO COM NO MÍNIMO 100ML - (BR0472780)	FR	720	Medicamento incluso na relação municipal de medicamentos essenciais – REMUME, para dispensação nas farmácias básicas do município, para atender pacientes com tdah e autismo. O cálculo de estimativa anual se deu utilizando dados de pacientes com esses cid, e em idade escolar e estão em tratamento neste município, que virão a ser atendidos mensalmente.
COLAGENASE, USO: POMADA, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,6UI + 1% - BISNAGA COM NO MÍNIMO 30G - (BR0270495)	UN	1.200	Medicamento incluso na relação municipal de medicamentos essenciais – REMUME, para atender as demandas dos pacientes internados no hospital municipal e curativos realizados pelos profissionais do PSF de Araruna. O cálculo aproximado foi realizado através de dados epidemiológicos de pacientes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.359.760/0001-99

Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000

ARARUNA - PARANÁ

(44) 3110-1921

prefeito@araruna.pr.gov.br

www.araruna.pr.gov.br

RISPERIDONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: O: 2 MG - COMPRIMIDOS - (BR0268149)	UN	72.000	Medicamento incluso na relação municipal de medicamentos essenciais – REMUME, para dispensação nas farmácias básicas do município, visto grande quantidade de prescrições sendo solicitadas. O cálculo de estimativa anual levou em conta uma média de aproximadamente 60 comprimidos ao mês por paciente que será atendido.
VENLAFAXINA, SAL CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: O: 75 MG - COMPRIMIDO - (BR0272382)	UN	180.000	Medicamento incluso na relação municipal de medicamentos essenciais – REMUME, para dispensação nas farmácias básicas do município, visto grande quantidade de prescrições sendo solicitadas. O cálculo de estimativa anual levou em conta uma média de aproximadamente 60 comprimidos ao mês por paciente que será atendido.
ESCITALOPRAM OXALATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: O: 10 MG - COMPRIMIDO - (BR0291770)	UN	360.000	Medicamento incluso na relação municipal de medicamentos essenciais – REMUME, para dispensação nas farmácias básicas do município, visto grande quantidade de prescrições sendo solicitadas. O cálculo de estimativa anual levou em conta uma média de aproximadamente 60 comprimidos ao mês por paciente que será atendido.
SERTRALINA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: O: 50MG - COMPRIMIDO - (BR0272365)	UN	180.000	Medicamento incluso na relação municipal de medicamentos essenciais – REMUME, para dispensação nas farmácias básicas do município, visto grande quantidade de prescrições sendo solicitadas. O cálculo de estimativa anual levou em conta uma média de aproximadamente 60 comprimidos ao mês por paciente que será atendido.
VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA: B1,B2,B3,B5,B6 - COMPRIMIDO - (BR0368499)	UN	24000	Medicamento incluso na relação municipal de medicamentos essenciais – REMUME, para dispensação nas farmácias básicas do município, visto a necessidade de opções de suplementação vitamínica. O cálculo de estimativa anual levou em conta uma média de aproximadamente 60 comprimidos ao mês por paciente que será atendido.



ANEXO II – TERMO DE DECLARAÇÕES

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO nº 15/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

À pregoeira e equipe de apoio

Prefeitura Municipal de ARARUNA, Estado do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO Nº/.....

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

(44) 3110-1921
prefeito@araruna.pr.gov.br
www.araruna.pr.gov.br

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos 14.1333/2021.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a).....
..., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº
..., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc),
responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.

7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: (-----)

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/contrato**, referente ao Pregão Eletrônico n.º...../..... e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

.....
de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)



**ANEXO III – MINUTA DA ATA REGISTRO DE PREÇO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº.....**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 051/2026**

1. De um lado, o MUNICÍPIO DE ARARUNA pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 75.359.760/0001-99 com sede à Praça Nossa Senhora do Rocio, nº. 390, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. nº 8910873-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 072.416.819-24, residente e domiciliado à Avenida Maravilha, 533, Jardim Primavera, na Cidade de Araruna Estado do Paraná, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2026, publicada no, processo administrativo nº 51, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

11 DO OBJETO

2.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Aquisição de medicamentos, objetivando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Araruna/PR.

12 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

12.2 O preço registrado as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
	Especificação	<i>Marca</i> (<i>se exigida no edital</i>)	<i>Modelo</i> (<i>se exigido no edital</i>)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>
X								

12.3 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

13 ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

13.2 O órgão gerenciador será o Município de Araruna/PR.



13.3 Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços;

14 DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.2 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

14.3 Excepcionalmente, poderá ser realizado acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

15 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

15.2 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

15.2.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

15.2.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

15.3 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.3.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

15.4 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

15.6 Poderá ser formado de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

15.7 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

15.8 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



15.8.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

15.8.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

15.9 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.10 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.10.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

15.11 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

15.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 15.8.1, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

15.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.5, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

15.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

15.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

16 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

16.2 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



16.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

16.2.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

16.2.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

16.2.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

17 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

17.2 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

17.2.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

17.2.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

17.2.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

17.2.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.3 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

17.3.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.



17.3.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 19.2, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

17.3.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

17.3.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 19.5, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

17.3.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 17.3 e no item 17.3.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

17.3.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

18 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.2 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

18.3 O remanejamento somente poderá ser feito:

18.3.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

18.3.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

18.4 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

18.5 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

18.6 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



18.7 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

18.8 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 18.4, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

19 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

19.2 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

19.2.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

19.2.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

19.2.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023 e Decreto Municipal nº 2.312/2023; ou

19.2.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

19.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 19.2 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

19.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

19.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

19.5.1 Por razão de interesse público;

19.5.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

19.5.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.



20 DAS PENALIDADES

20.2 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

20.2.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

20.3 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

20.4 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

21 CONDIÇÕES GERAIS

21.2 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

21.3 *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s)
fornecedor(s) registrado(s)



**ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**

**Pregão Eletrônico Nº 15/2026
Processo Administrativo nº 051/2026**

De um lado, o **MUNICÍPIO DE ARARUNA, ESTADO DO PARANÁ** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob Nº 75.359.760/0001-**

99 com sede à Praça Nossa Senhora do Rocio, nº. 390, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. GUSTAVO FRANÇA DOS SANTOS**, brasileiro, empresário, portador da **C.I.R.G. nº 8910873-0 SSP/PR**, inscrito no **CPF/MF sob nº. 072.416.819-24**, residente e domiciliado à Avenida Maravilha, 533, Jardim Primavera, na Cidade de Araruna Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE** e a seguir a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob Nº, com sede na, n.º,, na Cidade de, neste ato representada pelo Sr., portador do CI/RG Nº. - SSP/PR e inscrita no CPF/MF Nº., doravante denominada **CONTRATADA**.

“As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 15/2026** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o **Registro de preços** visando futura e eventual contratação de serviços de horas máquinas, com operador/motorista, para atender às necessidades da Divisão de Obras e Serviços do município de Araruna/PR.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. TERMO DE REFERENCIA E ETP;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO (art. 92, V)

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **365(trezentos e sessenta e cinco) dias** na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



2.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, a critério do Departamento Municipal de Viação e Obras, devidamente justificado e conforme as cláusulas previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo I do Edital de Credenciamento.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será permitida a subcontratação do objeto

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VII)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos será de até no prazo de até 60 dias, contados do início da prestação dos serviços ou entrega dos materiais, após a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 140, da Lei nº 14.133/2021 e alterações que deverão obedecer ao cronograma de execução.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.



- d) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- f) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- g) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Projeto Básico e Cronograma de execução;
- h) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- i) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- j) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- k) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- l) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII).

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2. Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Obedecer aos critérios de remuneração previsto neste contrato, desde que cumprida às exigências explicitadas neste instrumento;
- b) Exercer a fiscalização da execução do contrato por meio do Gestor do Contrato, servidor especialmente designado;
- c) Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- d) Comunicar à CONTRATADA as irregularidades observadas no fornecimento;
- e) Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelos técnicos do contratado.



- f)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g)** Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- h)** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- i)** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- j)** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- k)** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- l)** Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- m)** Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- n)** Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- o)** Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- p)** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- q)** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- r)** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- s)** Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Edital, em plena validade.



t) Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.7 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.8 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.9 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.10 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)



11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) **Multa:**
 - (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - (2) *moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (30 por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
 - a. *O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
 - (3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 1% a 3% do valor do Contrato.



(4) Compensatória, para a inexecução total contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 15% a 30 % do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular



a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. *O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

12.3. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*

- a) *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- b) *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 127 da Lei nº 14.123/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 128 e 129 da mesma Lei.



12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.123, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

11.002.10.301.0011.2.074.3.3.90.32.00.00. - 1303 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

11.002.10.301.0011.2.074.3.3.90.32.00.00. - 1000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

13.2

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. *Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Peabiru-PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Araruna, 05 de maio de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

(44) 3110-1921
prefeito@araruna.pr.gov.br
www.araruna.pr.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 75.359.760/0001-99
Rua Prefeito Hermes de Campos Teixeira, nº 390, CEP 87260-000
ARARUNA - PARANÁ

Publicado no Órgão Oficial
CORREIO DO CIDADÃO de
Cm. Mourão em 16/09/25
Edição nº 3734-7

PORTARIA Nº 660/2025

Nomeia Pregoeiro e equipe de apoio para atuar no Município de Araruna-PR, para administração direta e indireta, no âmbito da Lei Federal nº 14.133/2021, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARUNA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 61, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, e;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, sem ônus aos cofres públicos, Pregoeiro e equipe de apoio, com atribuição de recebimento das propostas e lances, análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como examinar a julgar todos os documentos e recebimentos relativos às licitações na modalidade pregão presencial e eletrônico, que venham a ser executadas pelo Município de Araruna-PR; os seguintes membros:

- I – Pregoeiro – Romilda Aparecida Colli dos Santos;
- II – Pregoeiro Substituto – Huelinton Bortolucci Trento;
- III – Equipe de Apoio – Celso Magno Pinto;
- IV – Equipe de Apoio – Joel Antonio da Silva;

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Paço Municipal Evangelista Dal Santos.
Araruna, 15 de Setembro de 2025.

GUSTAVO
FRANCA DOS
SANTOS:0724168
1924

Assinado de forma digital
por GUSTAVO FRANCA
DOS SANTOS:07241681924
Dados: 2025.09.15 15:42:04
-03'00'

Gustavo França dos Santos
Prefeito